

DESAFIOS DO FEMINISMO: UM MOVIMENTO SEMPRE EM MOVIMENTO (TEORIA, PRÁTICA E POLÍTICA)

Maximiliano Torres¹

RESUMO: Este ensaio busca o entendimento, por meio de alguns exemplos de filósofos, sociólogos e historiadores, de como e quando a cultura patriarcal começou a se erguer. Com explicações que se sustentam desde a existência de um suposto matriarcado até a passagem dos nômades aos sedentários, pensadores – Bachofen, Engels, Muraro, Bourdieu - concordam que a força física do homem, a compreensão de sua importância na procriação e o capital, fizeram dos homens seres opressores, tanto das mulheres quanto de outros homens. Também traça um histórico do movimento feminista e aponta seus valores teóricos e práticos, mostrando que, como um movimento político, o feminismo se transforma na medida em que se percebe ultrapassado, pois é sempre revisto teoricamente.

Palavras-Chave: Opressão, Patriarcalismo, Cultura, Gênero.

A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos; é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos.

(SCOTT, 1990, p. 13)

O FEMININO É FEITO NUMA FÁBRICA. O masculino é fabricado. Tudo o que é humano é feito à máquina.

A fábrica é meio antiquada, escura. Contudo, entrevemos uma linha de montagem que produz e reparte andróides femininos e andróides masculinos em compartimentos distintos.

Saem dali para o mercado, na cidade dos homens, onde catálogos, discursos promocionais já os esperam, onde vão ocupar sempre as mesmas prateleiras.

Ver. Ouvir. Observar essas palavras que há milênios fabricam o mundo, suas formas. Falar com elas. Habitar a cidade fantasma. A fala, fábrica da fábrica.

(GLENADEL, 2008, p. 7)

As epígrafes supracitadas, de Joan Scott – historiadora norte-americana – e de Paula Glenadel – poetisa brasileira –, nos instigam a pensar sobre os lugares sociais

¹ Doutor em Teoria Literária, pela UFRJ; Titular de Teoria da Literatura na Faculdade Machado de Assis e co-autor do livro *Estéticas da Crueldade*, Rio de Janeiro: Atlântica Editora – organizado por Ângela Dias e Paula Glenadel -, com o artigo *As faces do desejo em A casa da paixão, de Nélide Piñon*; do livro *Além do cânone*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – organizado por Helena Parente Cunha -, com o artigo *As incursões de Eros no cenário da poesia carioca contemporânea*, dentre outros.

predeterminados ao que se entende por masculino e por feminino. A primeira, por ser tratar do excerto de um ensaio específico sobre o tema, aponta, de forma enfática, para a resistência do pensamento feminista perante as hierarquias androcêntricas. Já a segunda, revestida do vigor da palavra poética, denuncia, num tom cômico-paródico, as construções ideológicas de gênero.

Desse modo, numa estrutura patriarcal, todo o processo de socialização vai reforçar preconceitos e criar estereótipos para os gêneros, como próprios de uma suposta naturalização, apoiados na determinação biológica. Ou seja, na diferença biológica apóia-se a desigualdade social e esta toma uma aparência de naturalidade. Com isso, as relações de gênero refletem concepções de gênero, que são internalizadas por todos os membros da sociedade.

Pierre Bourdieu, em suas reflexões sobre o poder exercido pela dominação masculina, alerta-nos para o fato de que, primeiramente, devemos analisar a realidade como parte integrante dela, pois, a dominação de gênero se encontra no centro da economia das trocas simbólicas e esta prática está corporificada, fazendo suas vítimas tanto mulheres quanto homens. Afirma o antropólogo que:

Quando tentamos pensar a dominação masculina, corremos o risco de recorrer ou nos submeter a modos de pensamento que são, eles próprios, produtos de milênios de dominação masculina. Queiramos ou não, o analista, homem ou mulher, é parte e parcela do objeto que tenta compreender. Pois ele ou ela interiorizou, na forma de esquemas inconscientes de percepção ou apreciação, as estruturas sociais históricas da lei masculina (BOURDIEU, 1998, p. 13).

Para o pensador francês, o corpo é o lugar no qual estão inscritas as disputas pelo poder e é nele, também, que está demarcado todo o capital cultural; é a primeira forma de identificação desde o nascimento. Por conseguinte, o sexo define a posição de dominado ou de dominador. O corpo é a materialização da dominação, o *locus* do exercício do poder por excelência.

Não é novidade que várias sociedades – algumas com mais radicalidade, outras com menos – colocaram e, ainda colocam, as mulheres numa posição de subalternidade perante os homens. A eles são oferecidos todos os privilégios, desde os melhores lugares à mesa, o acesso à educação, a liberdade de escolher os rumos de suas vidas, até a oportunidade de ascensão intelectual e social. A elas, simplesmente, o espaço doméstico, a responsabilidade de cuidar dos filhos e a imposição à passividade, que visa manter a supremacia falocêntrica. Em tais sociedades, vive-se sob a égide do

patriarcalismo. Sobre este termo, já tão discutido, concordamos com Manuel Castells, quando explica que sua caracterização se sustenta:

(...) pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 2001, p. 169).

Essas representações sociais, engendradas pelas construções simbólicas, que colocam o homem como a norma e a mulher como o desvio, avançam para o campo político e passam a ser vistas e entendidas como a realidade objetivada. Em outras palavras, a idealização objetivada torna-se subjetiva por meio das instituições formadoras de consciência que fornecem o modo de viver à realidade, como se esta fosse constituída por uma unidade de sentido inquestionável.

A sociedade estabelece os papéis e, com isso, elabora uma somatização cultural da dominação. Sendo assim, “a oposição hierárquica, binária, entre masculino e feminino parece fundamentada na natureza das coisas, porque encontra eco praticamente em toda parte” (BOURDIEU, 1998, p. 17). Nesta realidade:

(...) a ordem masculina está tão profundamente arraigada que não precisa de justificação: ela se impõe como auto-evidente, universal (o homem, *vir*, é esse ser particular que experimenta a si mesmo como universal, que tem o monopólio do humano, *homo*). Ela tende a ser tida como certa em virtude da concordância quase perfeita e imediata que estabelece entre, por um lado, estruturas sociais, como as expressas na organização social do espaço e do tempo e na divisão social do trabalho, e, por outro lado, estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes (BOURDIEU, 1998, p. 18).

Desta forma, percebemos claramente que este posicionamento, ao contrário do que pensaram por muito tempo alguns teóricos, não é um fato biológico, intrínseco à natureza humana, que coloca o macho como o ativo e a fêmea como a passiva. Mas, sem dúvida, uma construção cultural que apresenta a masculinidade como representação da individualidade e a feminilidade como representação da alteridade; o homem é o centro/eu, a mulher é a margem/outro, constituída a partir do homem. E é nesse sentido, enquanto atividade educadora, que a cultura “exerce uma *ação psicossomática* que leva à somatização da diferença sexual, ou seja, da dominação masculina” (BOURDIEU, 1998, p. 18).

Muitos pensadores se debruçaram e ainda se debruçam sobre o tema da origem da opressão feminina, promovendo fervorosos debates em torno dessa questão. Tentam, com isso, detectar, a partir de um percurso histórico, quais os mecanismos utilizados para colocar a mulher em subordinação ao homem durante tantos séculos e, também, entender exatamente quando e como essa postura começou a ruir. Vários são os caminhos, muitas são as elucidações. Elas perpassam desde a existência de um suposto matriarcado, passando por uma mutação das sociedades, até a explicação pelo avanço socioeconômico.

Johann Jakob Bachofen, em seu livro *Mitologia arcaica y derecho materno*, a partir de uma pesquisa de caráter religioso e político do direito materno nos tempos antigos, afirma que houve um matriarcado e que este resulta da maternidade como princípio, ou seja, da “associação natural e psicológica mãe-filho” (BAMBERGER, 1979, p. 234). Explica que, em épocas muito remotas, havia uma liberdade extrema nas relações sexuais. O ato não estava ligado a uma relação amorosa, era meramente instintivo; não existia o compromisso. O sexo se dava, na concepção de hoje, de forma promíscua. Sendo assim, o parentesco era matrilinear; sabia-se quem era a mãe, jamais o pai. Somente à mulher era atribuída a consangüinidade. Com isso, a mulher, enquanto geradora de vida, possuía um alto escalão de autoridade; era a legisladora, governava os grupos familiares, os sociais e os religiosos. “A este estágio avançado do direito materno, seguiu-se uma lei civil promulgada pelas mulheres, chamada por Bachofen, de ‘Ginocracia’” (BAMBERGER, 1979, p. 234).

O jurista suíço também defende a idéia de que a igualdade e o respeito entre os sexos determinavam as vidas dos povos gineocráticos. E que a desestabilização só aconteceu com o domínio patriarcal, a partir da descoberta do homem sobre a sua parcela na procriação e da criação do “princípio divino do poder pátrio” (BAMBERGER, 1979, p. 234).

É importante clarificar que tal estudo apresentado sobre o matriarcado arcaico, apesar de precursor e extremamente erudito, recebeu várias críticas por basear-se somente em noções de fantasia e ficção. No entanto, percebendo, antecipadamente, “que a falta de evidências arqueológicas significava que ele não poderia sustentar sua hipótese dos direitos maternos com dados sólidos” (BAMBERGER, 1979, p. 236), o estudioso clássico adverte o leitor para o fato de que “o trabalho pioneiro permanece para ser feito, pois o período cultural ao qual o direito materno se refere nunca foi estudado seriamente. Aqui entramos em território virgem” (BACHOFEN, 1967, p. 69).

Também explorando territórios virgens, mas baseada em estudos arqueológicos sobre a espécie humana e outras espécies animais, Rose Marie Muraro observa, em seu *Textos da fogueira*, que, nas sociedades arcaicas, período que se estende de quatro milhões de anos até cerca de cem a trinta mil anos a.C., os grupos sobreviviam da coleta dos frutos e da caça a pequenos animais, não havendo necessidade da força física.

Nesse período, explana a estudiosa, as culturas eram matricêntricas, com cultos e oferendas centrados a deusas terrestres. Apesar disso, tais sociedades, como já explicou Bachofen, se baseavam na parceria e não na dominação feminina. Outro fato que se une à tese do pensador suíço é o de as mulheres serem vistas como seres sagrados, pois os homens acreditavam que elas eram fecundadas pelos deuses.

No entanto, com o crescimento dos grupos, a coleta de frutos e os pequenos animais não são mais suficientes para o provimento; faz-se necessária a procura de outros alimentos. Começa, nesse momento, por volta de 10000 a.C., a caça aos grandes animais e, em contrapartida, o poder ganha outra proporção, a competitividade aumenta e, está estabelecida a hegemonia da força física. Com isso, a relação dominante/dominado. Nessa mesma época, também com a compreensão do papel masculino na fecundação, começa a ruir o matriarcado e surge a civilização androcrática, dominada pelo poder patriarcal que passou a cultuar um Deus Celeste. Segundo a socióloga, é ainda neste período que ocorre uma importante invenção tecnológica:

(...) é a técnica de fundir metais. Logo que aprendem, eles passam a construir os instrumentos de arar a terra – pás, picaretas e ancinhos –; sistematizam as técnicas de cultivo e, principalmente, inventam o arado. Aí aparece a agricultura. Eles deixam de ser nômades, os grupos para cultivar a terra se tornam sedentários. Começa então a dominar outro tipo de lei, que vem a ser aquela que nos influencia até hoje. Já não é mais a solidariedade, a partilha, a propriedade comum dos grupos, mas sim a lei do mais forte e da propriedade privada da terra (MURARO, 2000, p. 33).

Ainda sobre esta questão, Friedrich Engels, estruturado no materialismo histórico - teoria criada juntamente com Karl Marx, em seu tão conhecido, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* – “apresenta uma dinâmica histórica, na qual as mulheres são transformadas de membros livres e iguais de uma sociedade, a esposas e tuteladas dependentes e subordinadas” (SACKS, 1979, p. 186), ao estabelecer um contraste comportamental entre as sociedades sem classes e as sociedades de classes.

Em seu estudo, o filósofo alemão afirma que a opressão feminina teve sua origem,

concomitantemente, com a destruição da ordem tribal igualitária - na passagem dos nômades aos agricultores sedentários, por volta de 10000 a. C. -, a partir da origem da propriedade privada, das famílias como unidades econômicas, dos meios de produção e da configuração de sociedades exploradoras. Pois é nessa fase de desenvolvimento social que o homem descobre que a força de trabalho poderia ser transformada em objeto de troca e de consumo e a propriedade privada faria de si o dono e dirigente da família, da mulher e dos demais dependentes; que estes deveriam, por obrigação, colaborar no crescimento e manutenção dos bens, uma vez que seu chefe estaria “engajado em uma produção competitiva com outros chefes” (SACKS, 1979, p. 189).

Desta forma, a importância do homem perante a mulher foi aumentando. A ela, restou o espaço privado e a obrigação de gerar e criar o maior número de filhos, para que estes pudessem arar e defender a terra. Garantindo, com isso, o excedente econômico. Explica o filósofo que:

A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – a exclusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição (ENGELS, 1987, p. 182)

As explicações acima, todas de caráter histórico, apresentam possíveis versões sobre a dominação masculina. No entanto, várias são as áreas do saber (a filosofia, a sociologia, a literatura, a mitologia, a psicanálise) que vêm, há tempos, levantando questões e buscando entendimento sobre o “universo enigmático da feminilidade” (BIRMAN, 1999, p. 9). Apenas nos apoiamos nestas três versões, a fim de pensar um ponto de partida para uma discussão sobre o essencialismo do patriarcado, a naturalização da diferença entre homens e mulheres e, principalmente, o papel do movimento feminista na desconstrução dessa ideologia estruturada e estabelecida por uma visão masculinista.

Contudo, para falar sobre o feminismo - assunto que vem sendo, nas últimas décadas, amplamente discutido -, lembremos das palavras de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy quando esclarecem da dificuldade de estabelecer uma definição sobre o mesmo, uma vez que “(...) este termo, traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 7). Sobre a origem do termo e da prática, é Zahidé Lupinacci Muzart quem nos esclarece que:

Atribui-se a Charles Fourier (1772-1837) a paternidade do vocábulo “feminismo”, que se tornou corrente na prática política e social no final do séc. XIX e, algumas vezes, designa a doutrina, porém, mais frequentemente, a luta que visava a estender à mulher a igualdade de direitos (políticos, civis, econômicos), privilégio exclusivo do homem na sociedade. Porém, como prática, o feminismo preexiste ao emprego da palavra com que é designado. É aliás difícil propor uma origem desta prática que seja unanimidade entre os estudiosos, pois cada um tem tendência a se referir a ela, segundo a análise política que faz do feminismo: ruptura individual; expressão crítica no domínio cultural, engajamento coletivo no combate político (MUZART, 2002, p.14).

Desta forma, pensar o feminismo, como um processo de transformação, é tentar compreender as suas idas e vindas, as suas conquistas e derrotas, os seus valores e desvalores, as suas vias e desvios, a sua diversidade e flexibilidade, a sua continuidade sociopolítica e a descontinuidade de seus estilos, o seu questionamento sobre a dicotomia conceitual entre teoria e prática. Enfim, pensar o feminismo é procurar entendê-lo como um movimento sempre em movimento.

Sendo assim, para refletir sobre o feminismo, “(...) como um campo teórico, uma prática interpretativa e, por fim, como um lugar político” (SCHMIDT, 2004, p. 01), tomaremos como base, obras de alguns pensadores que forneceram subsídios para questionar o império do patriarcalismo. Vale esclarecer que privilegiamos apenas alguns nomes, tendo como critério de escolha, a leitura de textos representativos, publicados no século XX. O motivo desta triagem se deu a partir da noção de que seria impossível discorrer por todas as vozes que trabalharam em favor dos direitos das mulheres; o que não significa que desconhecamos os seus valores: sabemos que Christine de Pisan, Louise Labé, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta, entre tantas outras, foram extremamente responsáveis na fertilização de tão infecundo terreno, contribuindo para que outras feministas pudessem arar, semear e colher os frutos da tão sonhada emancipação feminina.

Começaremos nossa incursão pelas idéias disseminadas no livro *A evolução do feminismo*, subsídios para a sua história - publicado em 1933-, escrito por Mariana Coelho, a quem Zahidé Muzart identifica como “uma das primeiras mulheres a tentar traçar uma história pouco contada” (MUZART, 2002, p.11).

Portuguesa, nascida em Vila de Sabrosa, sua biografia é um tanto controversa, pois fontes de dicionários biobibliográficos apresentam diferentes informações quanto à especificidade do ano de seu nascimento: 1857 (SHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 418), (OLIVEIRA & VIANA, 1967, p. 267); 1858 (COUTINHO & SOUSA, 1990, p.

441); 1872 (FLORES, 1999, p. 129). O que todos concordam é que em 1892 veio para o Brasil, aí radicando-se, e foi morar em Curitiba, no Paraná; onde viveu o resto de sua vida, falecendo em 1954.

Feminista convicta, Mariana Coelho foi, acima de tudo, uma educadora; “mestra de várias gerações de paranaenses” (MUZART, 2002, p.12). Assim como a já citada Nísia Floresta, fundou e dirigiu um colégio voltado para a educação feminina, em Curitiba. Em acordo com a escritora norte-rio-grandense, acreditava que, somente pela educação, as mulheres teriam a chance de se libertar das algemas sociais impostas pela sociedade patriarcal, uma vez que o conhecimento traria para a mulher os subsídios para contestar a sua função; a possibilidade de obter uma profissão e, com isso, a sua independência. Em sua opinião, “a verdadeira e principal emancipação feminina é a do trabalho” (COELHO, 2002, p. 48).

Contrariando as assertivas da época, Mariana Coelho critica a visão essencialista que pregava a inferioridade intelectual da mulher como biológica e irrevogável; acreditava que esta era de origem social, uma construção cultural. Defende a idéia de que a dita inferioridade intelectual das mulheres era resultado da falta de uso de seus cérebros, pois as possibilidades de desenvolvê-lo, pelo estudo e pelo trabalho, estavam oclusas a estas. Segundo ela:

O sexo feminino, ninguém o pode contestar, tem vivido séculos e séculos verdadeiramente asfixiado sob a prepotência masculina de acomodática tradição, na qual tem ela impunemente sufocado as suas preciosas faculdades intelectuais e de trabalho (COELHO, 2002, p. 47).

Calcada nesta certeza, lutava pelo direito ao acesso das mulheres à instrução e ao trabalho, para que conquistassem meios de sobrevivência, independentes da família e do casamento. Afirma, com veemência, que:

A mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão – e ela tem provado no respectivo desempenho, que sua competência é igual ao do homem – não tem receio do futuro, nem se preocupa com a idéia de que ele lhe proporcione um bom ou mau marido, nem mesmo a oprime a expectativa de não conseguir aquele que deseja. Amparada pela sua linda profissão, em vez de *aceitar* o ambicionado marido-arrimo, ela pode escolhê-lo, porque o seu trabalho lhe garante a independência, a felicidade. Seus progenitores não precisam mais expor a *mercadoria*, rodeando-a de todos os atrativos para a muitas vezes infrutífera *caça* (do que resultam quase sempre casamentos desastrosos), porque o seu futuro está garantido pelo seu trabalho (COELHO, 2002, p. 48-9).

Quanto à sua produção intelectual, Mariana Coelho, além de educadora, também foi poetisa, contista, ensaísta e tradutora. Recebeu a medalha de prata na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, pela elaboração de seu livro *Paraná mental*, que traça a história literária do Paraná. Mas, foi “no ensaio polêmico que sempre se distinguiu (...), gênero em que as mulheres deixaram poucas páginas no séc. XIX” (MUZART, 2002, p.13).

Em *A evolução do feminismo*, a autora apresenta uma compilação de informações sobre fatos, dados científicos e pessoas que, de diversas formas, puderam auxiliar na defesa da igualdade intelectual e de direitos sociais entre os homens e as mulheres. Apresentando “um panorama do tema estudado” (MUZART, 2002, p. 13), comenta a presença das mulheres na religião, na guerra, na política, na administração, nas ciências, nas artes, nas letras, na imprensa e no amor. Elaborando subsídios para a história do feminismo, relata as ações de mulheres em diferentes conjunturas, períodos e locais e descreve, assim, alguns feitos corajosos, valorizando sempre a ‘superioridade’ feminina. Acredita que “o feminismo – a mais surpreendente e ruidosa transformação social do nosso século, à qual assistimos maravilhados, não pode deixar de ser encarado e recebido como progresso” (COELHO, 2002, p. 33).

Mariana Coelho valorizou a superioridade da mulher em relação ao homem, pois acreditava que a evolução da humanidade dependia da evolução da mulher. Assim como Bachofen, citado no item 2.1, usou a teoria nunca comprovada do matriarcado para demonstrar que a mulher pode ser igual ao homem, porque outrora fora superior, e acreditava que uma sociedade liderada pela mulher seria uma sociedade voltada para a evolução espiritual, física e moral.

O ensaio, de cunho histórico e político, é bastante instigante e serve de referência, não só para pensarmos a situação da mulher à época, mas, principalmente, para refletirmos sobre resultados de conquistas até hoje esperados. No entanto, vale lembrar que o livro reúne textos escritos entre o final do século XIX e o início do século XX; assim, faz-se necessária atenção em muitas passagens, pois estas são, em certos aspectos, datadas. A obra, apesar de ainda dialogar com a contemporaneidade, é um produto de seu tempo e como tal deve ser lida.

Como um livro de ensaios reunidos, escritos antes, durante e depois da I Guerra Mundial, as preocupações da autora com os resultados deste acontecimento ficam explícitas no correr do texto. Em sua análise sobre a participação feminina nos

bastidores da peleja, conclui que a guerra fez mais pelo feminismo do que anos de luta e reivindicações das mulheres. Diz-nos que:

Essa tremenda hecatombe humana, portanto, que convulsionou a terra, não abalou somente convicções, nem transformou instituições somente; ela veio também sancionar e justificar o direito do trabalho – e veio modificar velhas rotinas e preconceitos da sociedade antiga, dando força e amparo aos respectivos prejudicados – transformando essa sociedade decrépita numa esperançosa sociedade nova (COELHO, 2002, p. 33).

Apesar de, como dito anteriormente, trazer alguns aspectos que apontem o livro como ultrapassado, a atualidade de *A evolução do feminismo*, subsídios para a sua história, transparece quando percebemos que muitas das reivindicações das mulheres daquela época ainda não foram consideradas. Nas palavras de Zahidé Muzart:

Quando Mariana Coelho escreve e termina *Evolução do feminismo*, a guerra já estava longe, e a luta era pelos direitos das mulheres, direitos que abrangiam não somente o direito ao voto, mas uma série de questões que até hoje ainda preocupam os/as estudiosos/as do feminismo e que são objeto de discussão em seminários e congressos, tais como os direitos iguais ao trabalho e à remuneração, a violência contra a mulher, o direito dos filhos nascidos fora do casamento. Todas essas questões, ainda atuais, estão contempladas neste livro de uma pioneira feminista brasileira que deixou um ensaio político e o registro de uma voz insurgente, coerente e organizada (MUZART, 2002, p. 18)

Seguindo a nossa trilha, deparamo-nos com Simone de Beauvoir que, no clássico *O segundo sexo*, ao perscrutar por várias áreas do saber, como a “biologia, psicanálise e marxismo; bem como pelas cosmogonias, religiões, tratados, crenças e credences de Ocidente e Oriente, sempre atenta à concretude histórica que fundamenta tais discursos” (DUARTE, 2002, p. 27), esparge reflexões sobre a situação de subalternidade da mulher, baseada na tese de que, “sob o patriarcado, a mulher figura como a primeira grande encarnação da alteridade absoluta” (DUARTE, 2002, 27).

Lançado em 1949, este livro causou tanto admiração quanto estranheza. No entanto, apesar das várias polêmicas que sempre suscitou, tem servido de referência para grande parte dos ensaios, debates, discussões sobre os estudos de gênero e, “em alguns aspectos, contribuiu com os estudos empreendidos pela nova geração de feministas; em outros, foi rejeitado (...)” (ZOLIN, 2003, p. 52). Sobre essa divergência de opiniões, vale lembrar as palavras de Toril Moi, para quem Simone de Beauvoir representa uma das maiores teóricas feministas do século XX. Diz-nos a ensaísta:

Em 1949, quando publicou *O segundo sexo*, estava convencida de que o advento do socialismo bastaria para por fim à opressão da mulher e, portanto, se declarava socialista, não feminista. Hoje em dia, sua posição é diferente. Em 1972, passou a integrar o MLF (Movimento para a Liberação da Mulher) e se declarou, publicamente, feminista pela primeira vez. Explicou essa tardia conversão ao feminismo aludindo à radicalização imposta a este novo movimento da mulher: “As associações de mulheres que existiam na França antes da fundação do MLF, em 1970, eram, em geral, reformistas e legalistas. Não tinha nenhum desejo de unir-me a elas. Ao contrário, o novo feminismo é radical” (*Simone de Beauvoir, Today*, 29); (MOI, 1995, p.101) ².

Dividido em dois volumes, *O segundo sexo* é um livro com “uma argumentação tão erudita quanto contundente” (DUARTE, 2002, p. 27), bem documentada, alicerçada na lógica e no conhecimento, que levanta questionamentos e cria polêmicas sobre a situação da mulher. No primeiro volume, “Fatos e mitos”, são abordados, como explícito no título, os fatos e os mitos da condição feminina na sociedade. Já no segundo volume, “A experiência vivida”, tal condição é examinada nas dimensões sexual, psicológica, social e política.

Desta forma, podemos ousar dizer que esta obra pode ser considerada de extrema importância no que se refere à prática discursiva sobre a situação feminina, pois estabeleceu uma reflexão que configurou, de imediato, uma plataforma de discussão não só sobre o feminino, mas, sobre os feminismos. Seu objetivo foi demonstrar que a noção de feminilidade é uma ficção arquitetada pelos homens e consentida pelas mulheres; talvez por estas não estarem preparadas para os rigores do pensamento lógico daqueles, ou talvez por acreditarem em alguma recompensa, a partir da passividade perante as fantasias masculinas. Seja qual for o motivo desse consentimento, o que interessa é perceber que o resultado foi a queda na armadilha da auto-limitação.

Segundo a filósofa francesa, os homens, enquanto sujeito, juiz e parte, chamaram a si os triunfos da transcendência e ofereceram às mulheres uma pseudo-segurança, elaborando teorias de aceitação e de dependência; fazendo-lhes crer que tais características são inatas do seu caráter. Assevera a pensadora que a “representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta” (BEAUVOIR, 1980, v. 1, p.183), uma vez que, até as “religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: (...) puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios” (BEAUVOIR, 1980, p. 16).

² Tradução do autor.

Nessa perspectiva, somente aos homens é concedido o *status* de sujeito pleno, conquistador da transcendência. As mulheres, por sua vez, já nascem dentro de um modelo limitado de prescrição que as impede de constituir-se enquanto sujeito, sendo consideradas sempre o outro do sujeito universal masculino, ou seja, “figuras sem passado, sem história, sem religião própria” (DUARTE, 2002, p. 27). Com isso, a mulher “determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

Ao questionar o determinismo “da universalidade apregoada pelo patriarcalismo” (DUARTE, 2002, p. 27), Beauvoir não só apresenta uma oportunidade de se pensar a mulher como sujeito de seu próprio ser; como responsável pelo seu próprio destino, liberta das idéias pré-concebidas e dos mitos preestabelecidos que não lhe deram possibilidades de escolha. Seu estudo, assim como o de Mariana Coelho, também elaborado numa época ainda sob o choque do pós-guerra - sendo este o da II Guerra Mundial -, se faz importante, pois, além de preparar o caminho para as alegações propostas pelos feminismos radical, liberal e socialista, ainda hoje, nos serve de alicerce para pensar sobre qualquer tipo de segregação da cultura hegemônica contra identidades em processo.

Numa pesquisa sobre o feminismo, “tomando como ponto de partida o exame de certas campanhas pelos direitos da mulher na França de 1789 a 1944” (SCOTT, 2002, p. 23) e baseando-se na biografia de quatro feministas (Olympe de Gouges; Jeanne Deroin; Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier), Joan Walach Scott, no livro *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*, também nos leva a refletir sobre as bases ideológicas que sustentam a problemática “diferença sexual”. Explicamos a historiadora que:

Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a diferença sexual não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social (SCOTT, 2002, p. 26).

Com a pesquisadora norte-americana, percebemos que a essa diferença com base na biologização está vinculado um desejo de exclusão, que vai além de colocar o homem como o centro e a mulher como a margem; encontra-se, também, a formação androcêntrica de uma identidade que constrói um sujeito unificado, autônomo, absoluto. Essa construção, fundamentada no determinismo e na naturalização, fornece ao homem

o discurso e à mulher, o silêncio. Como esclarece Eduardo de Assis Duarte, tais organizações hierárquicas e hegemônicas voltam-se, “portanto, não apenas para a imposição de verdades tidas como essências absolutas, mas, sobretudo, para o estabelecimento de procedimentos de controle social, cultural e político” (DUARTE, 2002, p. 13).

Em *O poder da identidade*, Manuel Castells, ao analisar o histórico do movimento feminista, o percebe como um movimento social polifônico, estimulante e extremamente variado que buscou, acima de tudo, negar a “identidade feminina” construída a partir da ideologia patriarcal e, com isso, caracterizou-se, pelo esforço histórico, individual e coletivo, de desconstruir tal identidade para redefinir o papel das mulheres na sociedade. Para ele, o feminismo, constituindo as suas redes de sustentação, esteve sempre “emprestando sua experiência e fornecendo os materiais discursivos para que a cultura feminina pudesse emergir e solapar o patriarcalismo no seu mais forte reduto: a mente das mulheres” (CASTELLS, 2001, p. 217).

Essa busca de conversão dos fundamentos de uma estrutura social hegemônica se deu a partir da compreensão de que a construção das identidades sociais, tanto nos homens quanto nas mulheres, sobrevém de um contexto cultural, marcado pelas relações de poder. Desta forma, as feministas se opuseram à estrutura de produção e reprodução da sexualidade e da personalidade, sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Segundo Castells, esse movimento social transformador que lança as bases fundamentais do questionamento do patriarcado, principalmente no mundo ocidental, e apresenta-se com o compromisso de opor-se e ultrapassar a dominação masculina “ao mesmo tempo que esclarece a diversidade das lutas femininas e seu multiculturalismo” (CASTELLS, 2001, p. 210), irrompeu primeiro nos Estados Unidos, no final da década de 60, e na Europa, no início dos anos 70, propagando-se, nas duas décadas seguintes, para o resto do mundo. Porém, vale lembrar que feminismo ao qual se refere, é o movimento feminista contemporâneo, pois o próprio sociólogo lembra-nos que as idéias feministas já existem há bastante tempo, mesmo em versões históricas distintas e específicas. Afirma ele que:

A história do feminismo como tal é antiga, como bem exemplificado pelo movimento sufragista nos Estados Unidos. Tenho, porém, de admitir que foi apenas nos últimos 25 anos que observamos uma insurreição maciça e global das mulheres contra a sua opressão, embora com diferente intensidade dependendo da cultura e do país. Tais movimentos têm causado impacto

profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres (CASTELLS, 2001, p. 170).

Sendo reconhecido como basilar no que concerne à transformação das identidades e dos papéis sociais relativos à dimensão do gênero, o feminismo, como prática e relato, é, na opinião de Castells:

(...) a (re)definição da identidade da mulher: ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora contrariamente, afirmando a especificidade da mulher, freqüentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana: ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. *Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal*³ (CASTELLS, 2001, p. 211).

O questionamento sobre as construções de sujeitos e de identidades nos estudos de gênero considera uma gama de enredamentos que precisam de uma análise cuidadosa. Estabelecer o que significa ser homem ou ser mulher requer, antes de tudo, uma reflexão sobre as formas com as quais os sujeitos se representam enquanto mulheres ou homens.

Historicamente criou-se a concepção essencialista de uma identidade feminina ou das mulheres, ou seja, uma natureza comum a todas as mulheres. A biologia definia as essências masculina e feminina, de modo que os comportamentos humanos eram elucidados pela genética e pela fisiologia. Entretanto, com o passar do tempo e o desenvolvimento do movimento feminista, o argumento de uma identidade essencialmente feminina foi sendo questionado, na medida em que os/as pensadores/as defendiam a existência de uma identidade ou de um sujeito feminino, em referência a um sujeito masculino e que, com base nas diferenças sexuais, ser mulher é não ser homem.

A psicanálise toma a diferença sexual como um dado da estrutura da experiência do ser falante. Desde o nascimento se é menino ou menina. Esse destino está escrito no corpo, é nomeado na linguagem e seus efeitos sobre as identificações e sobre a escolha de objeto não permitem que essas escolhas sejam livres. O ser falante repete, não escolhe livremente entre ser homem ou mulher. Lembrando a afirmativa de Freud, “a anatomia é o destino” (FREUD, 1976, p. 222).

Tal assertiva, enfatiza os efeitos determinantes que as diferenças anatômicas entre

³ Grifos do autor.

os sexos exercem sobre a nossa constituição como sujeitos humanos. Cada cultura, cada sociedade, elabora esta diferença de maneira específica, prescrevendo condutas e papéis adequados para cada sexo. Ao sexo biológico com o qual se é dotado ao nascer, soma-se o complexo processo de identificação e estruturação psíquicas, cujos pontos culminantes são, na teoria freudiana, o Complexo de Édipo e o Complexo de Castração, que farão, no melhor dos casos, coincidir o sexo psicológico com o biológico.

Vale ressaltar que a aplicação da psicanálise como instrumento de leitura dos movimentos da sociedade exige sempre a demarcação da diferença de ponto de vista com o pensamento sociológico. Aquela se orienta por um compromisso ético com a clínica sob transferência e põe em jogo as ficções do inconsciente, com isso, estabelece outra perspectiva, diferente das ficções do real, adotada pelos sociólogos.

Sendo assim, salvo as diferenças de pontos de vista, importa-nos entender que a partir dos questionamentos sobre os fundamentos da ideologia falocêntrica e os da construção sociocultural das desigualdades entre homens e mulheres, o essencialismo sofreu extrema ofensiva do movimento feminista, principalmente em demandas políticas. Argumentava-se que tais diferenças essenciais favoreciam os valores tradicionais do patriarcalismo e visavam manter as mulheres confinadas em seus domínios privados. Segundo Sonia Missagia de Mattos:

Foi justamente questionando os arranjos convencionais dos relacionamentos que reduzem a caracteres biológicos (naturais) a determinação hierárquica de lugares e postos para homens e mulheres na sociedade que emergiram os movimentos feministas (...). Esses movimentos foram equiparados ao movimento dos jovens e ao movimento dos trabalhadores e eram ditos, pelo Kaiser Wilhelm (Alemanha: 1910) como uma das mais perigosas ameaças para a civilização e ordem social dos tempos. Para Simmel, esse movimento influenciaria “o futuro de nossa espécie de maneira mais profunda do que a própria questão operária” (SIMMEL, 1993, p. 70); (MATTOS, 1999, p. 33-4).

Enfim, relembando a fala de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy sobre a dificuldade de definição do feminismo, concordamos que há que se ter muita cautela ao contar e analisar a trajetória passada e as promessas futuras desse movimento. Sabemos que os tempos são outros, que as sociedades se transformaram (em alguns aspectos para melhor, em outros para pior), que muitas conquistas foram alcançadas e outras ainda estão por vir. Hoje, já não podemos nos referir ao feminismo singular, mas aos feminismos plurais, pois o movimento criou muitas frentes e vertentes, com isso, se prodigalizou. No entanto, se não podemos defini-los, devemos valorizar a sua prática e

relato, buscando entender a sua importância, *in lato sensu*, para a humanidade. Pois, no dizer de Alejandro Carson:

Seja o feminismo uma posição político-pessoal diante da conduta e do comportamento cotidiano, seja ele um movimento social, uma forma de pensamento ou uma perspectiva analítica inserida nas ciências sociais das décadas de sessenta e setenta, sua emergência pode ser conceitualizada como uma série de eventos históricos que criaram as condições necessárias para o nascimento de um discurso que: começou a nomear e descrever os fenômenos de maneira diferenciada; se desenvolveu e se solidificou após ser elaborado com extrema seriedade cognitiva; reconheceu como seu objetivo político a desarticulação da ideologia patriarcal e das práticas sociais, psicológicas e afetivas que a acompanham (CARSON, 1995, p. 194).

Os estudos feministas e de gênero, por acumularem aportes de inúmeras tradições disciplinares, são, por definição, um campo de conhecimento multidisciplinar e transdisciplinar. Buscam, desta forma, apontar para a necessidade de pluralizar leituras e, com isso, atribuir outros sentidos para a escrita. Assim, o feminismo, enquanto um movimento político transformador, que interroga, desconstrói e critica seus próprios discursos em desdobramentos que contemplam as variáveis etnias, classes, raças, e o próprio sexo biológico na constituição do sujeito “mulher”, insere-se em um campo de poder/saber na medida em que nos alerta para o fato de que a tarefa da teoria feminista contemporânea é, sobretudo, a “de *historicizar* o pós-moderno, de *politizar* a contribuição das teorias pós-estruturalistas, levando em conta a perspectiva crítica e transformadora do feminismo” (SCHMIDT, 2000, p. 49).

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BACHOFEN, Johann Jakob. *Mitologia Arcaica y Derecho Materno*. Barcelona, Editorial Anthropos, 1988.

BAMBERGUER, Joan. O mito do matriarcado: por que os homens dominam as sociedades primitivas? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise; org.. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 233-54.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 3.ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, 2v.

BIRMAN, Joel. *Cartografias do feminino*. São Paulo, Ed. 34, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina revisitada*. In: LINS, Daniel; org. *A dominação masculina revisitada*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, Papirus, 1998, p. 11-27.

CARSON, Alejandro. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*. Campinas: 4: 187-218, 1995.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3. ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 2001. v. 2.

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2.ed. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro, MEC, 1990.

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa; org. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Faculdade de Letras / UFMG, 2002, p. 13-31.

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. 11 ed. Trad. Leandro Konder, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1999.

FREUD, Sigmund. *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. ESB, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 303-320.

GLENADEL, Paula. *A fábrica do feminino*. Rio de Janeiro, 7letras, 2008.

MATTOS, Sônia Missagia de. Visão antropológica: repensando gênero. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli; org. *Mulher*, cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Belo Horizonte, Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 19-57.

MOI, Toril. *Teoria literaria feminista*. Madri, Catedra, 1995.

MURARO, Rose Marie. *Textos da fogueira*. Brasília, Letraviva, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira. In: COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2.ed. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p.11-8.

OLIVEIRA, Américo Lopes de e VIANA, Mário Gonçalves. *Dicionário mundial de mulheres notáveis*. Porto, Lello e Irmãos, 1967.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Trad. Cila Ankie e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.185-206.

SCHMIDT, Simone. *Gênero e história no romance português – novos sujeitos na cena contemporânea*. Porto Alegre, Edpuers, 2000.

_____. Como e por que somos feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12: 17-22, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, 16: 5-12, jul-dez,1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Trad. Élvio Antônio Funck. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

SHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Desconstruindo a opressão: a imagem feminina em a República dos Sonhos* de Nélide Piñon. Maringá, Eduem, 2003.